

EDITORIAL

O número 59 de *Estudos em Avaliação Educacional* apresenta, primeiramente, um conjunto de textos que discute os “Usos e efeitos das avaliações externas como objeto de pesquisa”. A relevância e atualidade do tema justificam-se pelo número expressivo de edições de avaliações do rendimento escolar em nível nacional e regional que tem gerado considerável quantidade de dados e informações que, por inúmeras razões, nem sempre são analisadas em profundidade pelos órgãos públicos que as gerenciam. Dessa forma, abre-se a possibilidade de os pesquisadores brasileiros utilizarem tais dados para investigar diferentes aspectos e incrementar o conhecimento sobre a educação brasileira.

O dossiê, além da apresentação elaborada por Silva e Carvalho, é formado por quatro textos. O primeiro é de autoria de pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que integram o projeto “Análise da evolução da educação básica no Brasil a partir dos indicadores de fluxo e proficiência”. Os demais são oriundos de pesquisas realizadas por investigadores de diferentes instituições e áreas de conhecimento que compõem o Observatório Educação e Cidade, no âmbito do projeto “Desigualdades de oportunidades educacionais e dimensões da alfabetização da educação básica no estado do Rio de Janeiro”, capitaneado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com a participação de quadros da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O primeiro artigo “A qualidade da educação e a disseminação de sistemas de avaliação”, de Tavares Júnior e Neubert, trata das relações entre a implantação de sistemas estaduais de avaliação educacional no Brasil e os progressos constatados nos resultados cognitivos dos alunos.

Carvalho, Oliveira e Lima são os autores de “Avaliações externas: tensões e desafios para a gestão escolar”. A partir de dados empíricos da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, o texto examina situações e condições vivenciadas pelos gestores escolares diante dos resultados de avaliações externas e suas consequências políticas, pedagógicas e administrativas.

“Cobranças, estratégias e ‘jeitinhos’: avaliações em larga escala no Rio de Janeiro”, de Rosistolato, Prado e Fernández, discorre sobre como os gestores de escolas da rede municipal do Rio de Janeiro compreendem os dados de avaliações educacionais externas e os incorporam nas ações desenvolvidas nas unidades escolares.

O último texto desse conjunto é “Accountability escolar: um estudo exploratório do perfil das escolas premiadas”, de Koslinski, Cunha e Andrade. O artigo versa sobre a política de responsabilização escolar implantada na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Na seção “Outros Temas”, seis textos analisam outros aspectos da educação brasileira. O primeiro “Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024”, de Souza, oferece um panorama de avaliações acadêmicas sobre os processos de elaboração, aprovação, acompanhamento e efeitos dos últimos Planos Nacionais de Educação brasileiros.

Em seguida, Horta Neto, em “Avaliações educacionais e seus reflexos em ações federais e na mídia eletrônica”, trata das relações entre os resultados auferidos nessas avaliações e ações e as políticas governamentais, especificamente o Plano de Desenvolvimento da Escola. O texto aborda, também, como a mídia eletrônica avalia a qualidade da educação retratada nessas testagens.

A matrícula em creches no país é tema candente na atualidade. O artigo “Normatizações federais e a oferta de matrículas em creches no Brasil”, de Cruz, Farah e Sugiyama, avalia os efeitos das regulamentações da União sobre a ampliação de vagas na educação infantil, bem como o alcance de metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação em diferentes unidades federativas para esse nível da educação básica.

Correa, Bonamino e Soares, em “Evidências do efeito da repetência nos primeiros anos escolares”, discorrem a respeito de resultados de pesquisa sobre ganhos efetivos nas proficiências em Língua Portuguesa e Matemática entre alunos promovidos e repetentes, para debater os prós e contras da repetência escolar como medida pedagógica.

“Os questionários do Saeb: o que eles realmente medem?” é o artigo elaborado por Karino, Vinha e Laros, que versa sobre os construtos detectados nos instrumentos de delineamento de perfis e contextos da edição de 2009 do Sistema de Avaliação da Educação Básica e suas contribuições para explicar o desempenho escolar dos estudantes brasileiros.

Finalmente, o último texto deste número é “Confiabilidade e concordância entre juízes: aplicações na área educacional”, de Matos. Esses quesitos foram analisados entre juízes que corrigiram redações de uma universidade pública de Minas Gerais no período de 2005 a 2010.

O presente número apresenta, portanto, diferentes facetas de estudos avaliativos a partir de dados oferecidos pelas avaliações educacionais em pauta no cenário brasileiro. Esperamos que os textos apresentados possam contribuir e enriquecer o conhecimento entre aqueles que se interessam por essa área de atuação.

Comitê Editorial

